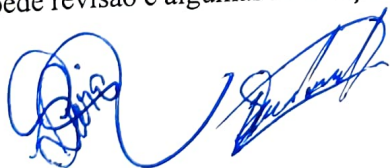


1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11

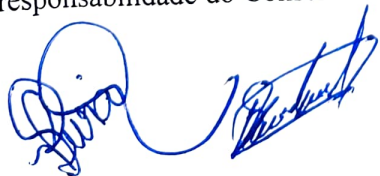
ESTADO DE MATO GROSSO
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPUTANGA
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE
DE ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO

ATA N°05/2026

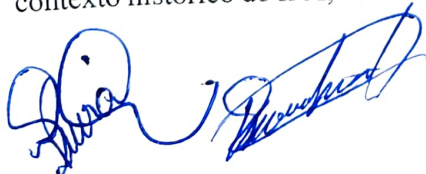
12 REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
13 ARAPUTANGA, ESTADO DE MATO GROSSO. Aos 17 dias do mês de março de dois
14 mil e vinte e seis, às 14:00 hs ocorreu a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de
15 Saúde de Araputanga-MT, localizado na Rua: Sebastião Francisco de Almeida nº471,
16 com a seguintes pautas: **a)** Planejamento Familiar; **b)** Ofício nº 40/2026 SMS/ARA;
17 solicitação de indicação de membro – Suplente - Comissão Permanente e Avaliação
18 (CPCA); **c)** Requerimento de informações contratuais; **d)** Ofício nº08/2026/- Inclusão de
19 Incentivo Financeiro Adicional dos Agentes Comunitários na prestação de contas
20 quadrimestrais apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde; **e)** Informes gerais.
21 Reuniram-se Ordinariamente os conselheiros, *Vanilton Soares de Souza, José Ricardo*
22 *Ribeiro, Vanise Aparecida da Silva Pereira Carvalho, Hudson Cunha Ramos, Inácio*
23 *Antônio, Viviane Seben Marquezini, Matheus Silva Fernandes, Leandro Ricardo*
24 *Ribeiro dos Santos Souza, Viviane Seben Marquezini, Eliana Moura da Silva, Gleide*
25 *Aparecida de Souza*. Com a palavra o Presidente Vanilton Soares de Souza, cumprimenta
26 a todos os presentes e passa a palavra para o conselheiro Pastor Inácio Antônio da Silva,
27 que realiza uma oração para abertura da reunião. Ato contínuo a secretária executiva faz
28 os informes de rotina, água, café e reforça o convite para os presentes participarem das
29 reuniões do Conselho Municipal mais vezes e pede para os presentes sempre que possível
30 ajudar na divulgação das reuniões e reforça a importância da população nas reuniões. Ato
31 contínuo a secretária anuncia as pautas que serão discutidas no dia. Ato contínuo o
32 Presidente da início a reunião com a pauta do planejamento familiar que foi
33 encaminhando pela secretaria de saúde para apreciação e informação, pauta em análise o
34 conselheiro José Ricardo traz a observação sobre os nomes dos integrantes da equipe e
35 pede revisão e algumas mudanças pra verificar se está correto os nomes dos elaboradores



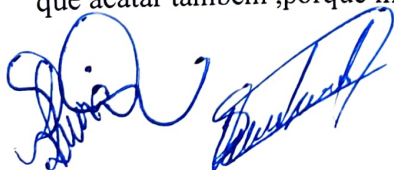
36 do planejamento familiar, feito a verificação é passado para a leitura do ofício e eleição
37 do suplente para compor a Comissão Permanente de Avaliação (CPCA), colocado em
38 análise, a plenária elege a Conselheira Viviane Seben Marquezini unanimemente, para
39 compor a referida Comissão. Ato contínuo é passada para a próxima pauta que traz a
40 leitura de uma solicitação através de ofício encaminhado via e-mail pelo Município
41 Álvaro, que pede a inclusão de pauta na próxima reunião do conselho informações sobre
42 o contrato do Hospital e ainda pede algumas deliberações de documentos referentes ao
43 referido contrato, feito a leitura do ofício, a plenária analisa o ofício e decidem que o
44 ofício deverá ser respondido e encaminhado a resposta ao município, que o conselho de
45 saúde foi convidado para compor a comissão agora nesse mês e que terá em data oportuna
46 a possibilidade de analisar os documentos e documentos e contratos deverão ser
47 publicados no portal transparência, sendo assim o mesmo poderá ter acesso a informações
48 relacionadas ao requerimento diretamente com a administração. Ato contínuo é seguido
49 para a próxima pauta, requerimento nº 0012026-inclusão o Incentivo Financeiro
50 Adicional do Agentes Comunitários de Saúde na prestação de contas quadrimestrais
51 apresentadas ao Conselho Municipal de Saúde, com a palavra a conselheira Vanise diz
52 que trouxe esse requerimento para podermos ter um pouco mais de transparência sobre o
53 (IFA) que é depositado para nós todos os anos no terceiro quadrimestre é vindo um salário
54 a mais para cada ACS E ACE que serve para incentivar algumas práticas enquanto
55 profissionais, em alguns municípios esse valor é repassado diretamente para o ACS, mas
56 aqui no município ele não é repassado diretamente para nós, só que esse incentivo vem
57 para prefeitura através da união e não é um dinheiro que a prefeitura disponha de caixa,
58 ele vem da união, para cada ACE ele é um valor fixo e assim, quisemos trazer isso ao
59 conselho porque temos sorte de conseguir conversar e discutir algumas coisas e para ficar
60 uma coisa assim transparente, queremos uma prestação de contas e uma informação
61 detalhada do município da forma que está sendo usada esse (IFA) que é vindo diretamente
62 para o ACS, a Lei é clara que deve ser investido diretamente ao ACS e ACE, ele não pode
63 ser usado como complementação de renda ou como adicional de salário, e ele não pode
64 ter outra finalidade que não seja as atividades do ACS e ACE, olhando num todo nunca
65 soubemos onde está sendo investido esse valor e aproveitando que temos um Conselho
66 de Saúde ativo e uma Gestão flexível queremos que seja inserido separadamente na
67 prestação quadrimestre, como que está sendo gasto nas atividades dos ACS , para termos
68 noção de como está sendo trabalhado esse valor, porque entendemos que seja de
69 responsabilidade do Conselho fiscalizar as verbas que vem e são repassadas da união as



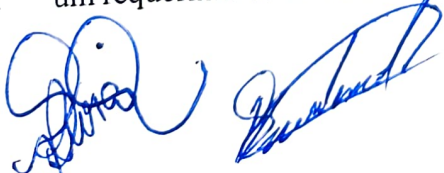
70 Emendas, então esse valor não é décimo terceiro é adicional financeiro, nós nunca
71 recebemos em Araputanga e questão de ser repassado em dinheiro, então queremos essa
72 colaboração do conselho , para que isso fique firmado e que possa ficar certo, foi
73 recolhido todas as assinaturas dos ACS e ACE e protocolamos o requerimento. Ato
74 contínuo o Presidente diz que esse repasse poderia ser feito aos ACS e ACES inclusive
75 ia ajudar na compra dos protetores solar, porque as vezes quando passa em licitação vem
76 muitas coisas precárias, poderíamos encontrar uma forma de exigir que as coisas
77 chegassem de excelência, para que fosse fornecida. Ato contínuo , com a palavra o
78 conselheiro Hudson diz que os ACS tem expertise e acesso a gestão para fazer esse
79 questionamento, então assim , na minha visão , porque usar o conselho de saúde para
80 fazer esse requerimento então nunca chegou a mim , um requerimento bem elaborado
81 assim eu tentei passar um projeto de Lei que no final não houve êxito, então assim nunca
82 chegou a mim algo de forma formalizada, concreta, pautando tudo, então sabemos que
83 todo conselho de classe sempre vai pontuar aquilo que ele acha que é pautável para aquela
84 categoria, então assim a Vanise me marcou outro dia em uma postagem e que lá em baixo
85 estava a cartilha do CONASEMS marcando um X, então assim, o que me orienta
86 CONASEMS e outros são contrários a esse repasse, então assim com toda razão a classe
87 vai usar quem orienta eles ou seja quem briga por aquele direto, isso é nítido, eu vou
88 seguir aquilo que me orienta, eu sei e tenho consciência de que a insalubridade precisa
89 ser definida em cima do salario base e percentual ser definido pelo município, mas isso
90 esta definido de forma objetiva , inclusive em recente decisão foi dita que é
91 inconstitucional o uso de salário mínimo como base de calculo para insalubridade, o
92 município tem que criar outra lei , agora o que não é objetivo eu dou margem de
93 interpretação e fica soute, então qual a justificativa que temos da contabilidade referente
94 a esse repasse, elevação de nível dentro do plano de cargo e carreira segundo ele e
95 segundo o que a gente viu, está errado segundo o que vimos a inclusão do agente de saúde
96 no plano de cargos e carreiras municipal, naquele contexto geral , que se criasse um
97 próprio, então se me perguntarem hoje como está sendo investido não saberei exatamente,
98 na contabilidade a questão é como que você vai passar um dinheiro que é gasto por volta
99 deles mesmo, pagamos férias, insalubridade, adicional por tempo de serviço, então o que
100 eu sei e não tenho documentado né, como eu disse não chegou até a mim nada formalizado
101 para que eu pudesse solicitar isso para a contabilidade, então o que chega ate mim é ,
102 como você vai pagar algo que só vai onerar o município ainda mais, vale lembrar o
103 contexto histórico do IFA, vale lembrar sobre a previdência e aposentadoria especial, será



104 que os municípios vão conseguir arcar com o que está na Lei , será que vão conseguir
105 honrar o que está na Lei, um exemplo o dia que a união deixar de passar o piso da
106 enfermagem , será que os municípios vão conseguir. Com a palavra a conselheira Viviane
107 diz pelo que eu entendi a união repassa esse valor ao município, você está querendo dizer
108 que a união não faz o repasse, historicamente isso não entraria na contratação da prefeitura
109 para gerar vínculo. Ato contínuo a conselheira Vanise diz que realmente, insalubridade,
110 adicional tempo de serviço e férias a união não repassa, porque se não tivermos isso pago
111 pela prefeitura, não teremos vinculo com a prefeitura, assim teremos vínculo diretamente
112 com o Estado. Ato contínuo a conselheira Vanise diz, essa questão do IFA já vem sendo
113 discutida em outros momentos, com gestões passadas, já fizemos reunião com o Prefeito
114 para tratar o assunto, já tivemos reunião com o secretário para resolver isso e o que
115 queremos é que seja feito a demonstração de forma detalhada da forma que acontece aqui
116 no conselho com o RDQA. Com a palavra a conselheira Viviane diz, hoje a reunião não
117 seria necessariamente para vocês receberem o dinheiro e sim saber no que foi gasto. Com
118 a palavra a conselheira Vanise diz exatamente, já que ela alega gastar conosco, quanto
119 aos pagamentos de plano de cargo e carreira, se a prefeitura criou é dever deles pagar,
120 como o incentivo de um real por cadastro, eles criaram eles têm que arcar, agora esse
121 repasse IFA, ele deve ser investido em nós, sem que isso seja usado para outro cunho
122 financeiro, não tem como ser justificado que pegam esse valor para pagar férias, para
123 pagar décimo terceiro , porque essa não é a finalidade dele, se fizer isso a prefeitura se
124 isenta de ser responsável por nós. Ato continuo a conselheira Viviane pergunta se já teve
125 reunião pra esse mesmo teor , Vanise diz sim , com o Prefeito, ele quis entender o que
126 estava acontecendo, essa guerra vem de gestão anteriores , por isso que eu coloquei que
127 queremos uma prestação de contas, não é exatamente o porquê que não tá pagando e sim
128 onde está sendo empenhado esse valor, porque se a Lei diz, que não pode ser repassado
129 em forma de salário, não pode ser repassado enquanto verba, férias ,décimo , se a
130 prefeitura te der férias ela tem que arcar com as férias , se ela te der um plano de cargo e
131 carreira ela tem que arcar com esse plano. Ato contínuo os conselheiros decidem que pode
132 ser feito uma solicitação para o setor de contabilidade a prestação de contas do IFA dos
133 últimos três anos de dois mil e vinte e três à dois mil e vinte e cinco, ato contínuo a
134 plenária discute os municípios que fazem esse repasse. Ato continuo o vice- presidente
135 Leandro diz que com todo respeito ao conselheiro Hudson, vejo que essa é uma pauta que
136 independente se ela vier de alguém aqui do conselho ou não ,se viesse de fora teríamos
137 que acatar também ,porque independente se é do conselho ou não deveria acatar, então a



138 pauta dela é legítima porque é uma pauta de todos , e estando ou não no conselho,
139 qualquer um aqui da plenária que tivesse uma pauta para trazer aqui é direito de vocês,
140 não é porque faz parte ou não do conselho, que não podemos trazer a pauta, deve trazer.
141 Ato contínuo o conselheiro José Ricardo diz que perguntou ao conselheiro Hudson se o
142 CONASEMS orienta ou não pagar, e depende também jurídico. Ato contínuo a plenária
143 discuti que esse IFA não pode ser gasto com combustível rural e o que estamos pedindo
144 é uma fiscalização, porque não sabemos onde está indo o dinheiro. Ato contínuo o
145 conselheiro José Ricardo diz que se tiver na Lei deve seguir, por exemplo questão de
146 aposentadoria mesmo se aprovar a previdência terá um baque lá em baixo, então sempre
147 digo que se tiver lei que pague o IFA, mas se não tiver base legal, não tem como ser
148 aprovado, isso é uma questão jurídica. Ato contínuo Hudson diz que não concorda que o
149 meio a ser usado tem que ser o Conselho Municipal de Saúde, os ACS têm acesso a gestão
150 e eu volto a dizer nenhum documento protocolado e formalizado a respeito desse pedido,
151 nunca tive, se for algo do tipo que trata de investimento errado, agora algo votado
152 somente para a classe, não acho viável, agora eu não tenho um documento que fala que a
153 Lei manda pagar protocolado explicando que o município deve pagar. Ato contínuo
154 Hudson diz que se foi protocolado junto ao Prefeito e ainda não passou por ele, ele sente
155 muito mas o Prefeito não gosta que pule as etapas, até porquê quando tá errado alguma
156 coisa e eu mostro, por exemplo a insalubridade , tá errado , porque estou falando o que
157 usa como base de cálculo, que não pode ser o salário mínimo, isso não é só para vocês,
158 todos os servidores a união passou agora recente no fim do ano que não pode ser assim.
159 Ato contínuo Hudson diz uma opinião dele, se quiserem, formalizem isso, Vanise sabe as
160 Leis e a partir de hoje vocês têm esse protocolo, e vocês sabem que temos direito, vocês
161 sabem que, nós como administrador sempre vai acatar aquilo que está claro na Lei, aquilo
162 que está evidente, cristalino é questão de ir lá protocolar a gestão agir e fazer. ato contínuo
163 assim como a insalubridade se estiver claro na Lei podemos oficiar e apresentar a Lei
164 para a administração, agora essa obrigatoriedade de que o município tem de repassar, eu
165 não vi, me desculpem se foi falta de estudo, falta de tempo, eu não vi. Com a palavra o
166 Presidente fala das obrigações e o que compete ao Conselho quanto a recursos que vem
167 do governo. Então podemos pedir junto ao jurídico, no que foi investido, se foi em
168 sombrinha, protetor solar, então temos esse dever. Ato contínuo o Presidente fala sobre a
169 capacitação, sobre a sala do conselho que deve ser próxima a secretaria e fazer salas novas
170 na secretaria. Ato contínuo fica decidido e aprovado pela plenária que será encaminhado
171 um requerimento solicitando informações sobre o IFA ao setor de contabilidade e jurídico



172 da prefeitura. Ato contínuo a conselheira Gleide diz que pode ser enviado anexo a copia
173 do documento que foi protocolado junto ao Conselho Municipal de Saúde. Ato contínuo
174 informes gerais e a leitura de um convite para a participação do Dia da Ouvidoria em
175 Cuiabá, que foi eleito dois conselheiros para participarem do evento em Cuiabá no dia 26
176 de março de 2026, Vanise e Matheus e a Secretária Executiva deverá acompanhá-los ao
177 evento. Ato contínuo também estiveram na reunião representantes dos ACS E ACE, que
178 assinaram a lista de presença. Após as deliberações, o Presidente do Conselho Municipal
179 de Saúde, Vanilton Soares de Souza agradece a participação de todos e não havendo mais
180 o que tratar, e nenhuma sugestão de alteração, por unanimidade dos Conselheiros(as)
181 Municipais de Saúde presentes em reunião, aprovou a pauta acima apresentada e deu-se
182 por encerrada a reunião as dezesseis horas e vinte e dois minutos, e eu Patrícia da Silva
183 Meira Mendes, Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde, lavrei a presente
184 Ata que será assinada por mim e pelo presidente Vanilton Soares De Souza, anexando a
185 lista de presença. *Patrícia da Silva Meira Mendes,*

186 *Vanilton Soares de Souza -*

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAPUTANGA-MT


LISTA DE PRESENÇA ORDINÁRIA - MÊS - MARÇO 2026

DATA: 17/03/2026.

INÍCIO: 14:30hs.

1.	Walter Soares de Sousa
2.	Matheus Silva Frazão
3.	José Paulo do Rêgo
4.	Daniela de P. P. Carvalho
5.	Laércio Ribeiro R. da S. Souza
6.	Yvaine Helen Marquesini
7.	Juarez H. L. de S.
8.	Elisna Moura da Silva
9.	Gleide Aparecida de Souza
10.	Joaquim Domiciano
11.	Midule Batista Amorim
12.	Magno do Carmo Damatena Santos
13.	Miriam Lima dos Santos
14.	Wagner Cabete Oliveira de Silva
15.	Elizabete Souza de Oliveira
16.	Jamusa Alves Pereira dos Santos

- ac 17. Sinal Bezerra da Silva
- ac 18. Rílica de O. Rodrigues e Soares
- ac 19. Edna Pereira de Oliveira
- ac 20. Judinei de Melo Souza
- ac 21. Hudson Cunha Ramos


Patricia M. Mendes
 Secretária Executiva do CMS
 Araputanga, MT. RG-123512-PM-MT